

PAINEL REGIONAL

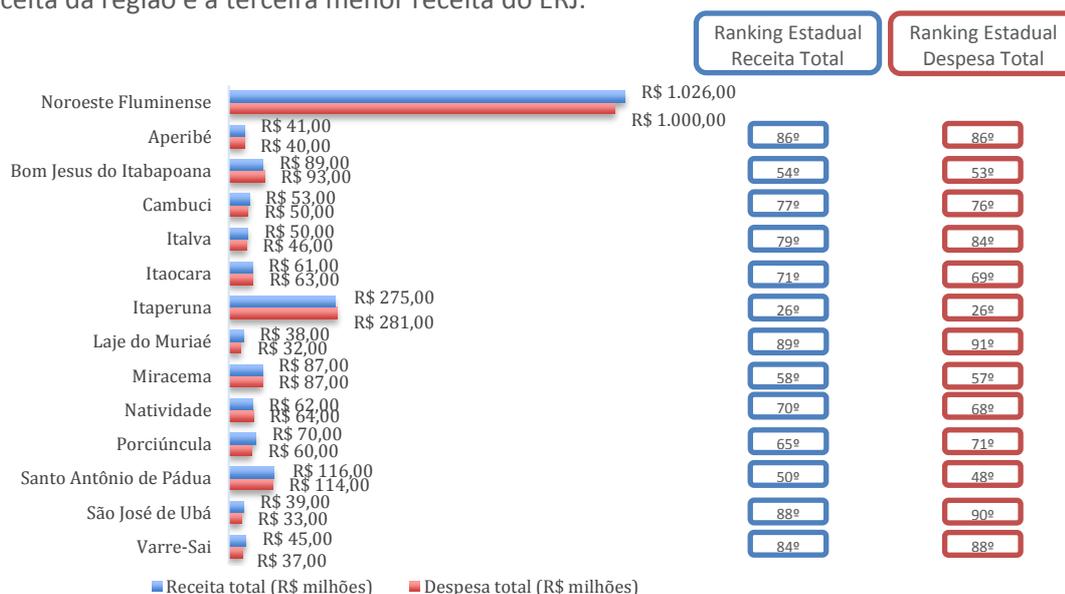
Noroeste Fluminense



O Observatório Sebrae/RJ é uma iniciativa baseada na sistematização, no monitoramento, na análise e na disseminação de informações ligadas ao ambiente dos pequenos negócios do Estado. Por meio de estudos e pesquisas setoriais e regionais, o Observatório busca ser um difusor de informações e de diagnósticos relevantes para a estratégia do Sebrae/RJ, dando um panorama socioeconômico e permitindo acompanhar a situação das micro e pequenas empresas (MPE) nas regiões do Estado do Rio de Janeiro.

RECEITA TOTAL E DESPESA TOTAL: MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE, 2016

Acerca das finanças municipais, Itaperuna conta com a maior receita e a maior despesa da região, seguido por Santo Antônio de Pádua. Já Laje do Muriaé apresenta a menor receita da região e a terceira menor receita do ERJ.

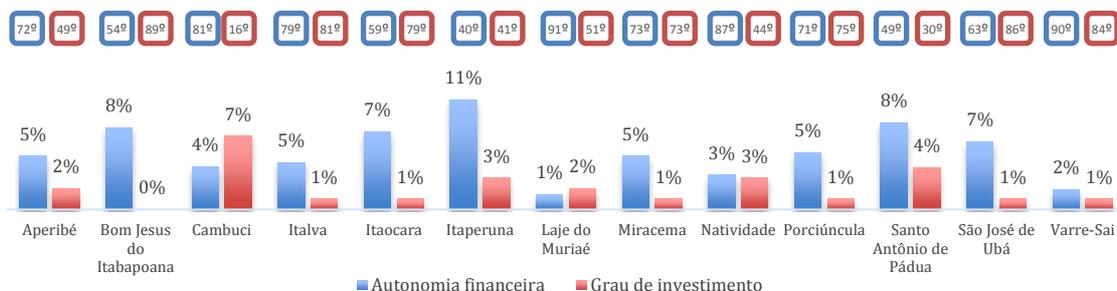


Fonte: Finanças dos Municípios Fluminenses.

AUTONOMIA FINANCEIRA E GRAU DE INVESTIMENTO: MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE, 2016

Em relação ao grau de autonomia financeira, os melhores resultados estão em Itaperuna (11%) e Santo Antônio de Pádua (8%). Laje do Muriaé exibe a menor autonomia financeira de todo o estado. Sobre o peso do investimento na receita total dos

municípios, Cambuci apresenta o maior grau de investimento da região, destinando 7% da sua receita total para investimentos, seguido por Santo Antônio de Pádua (4%).



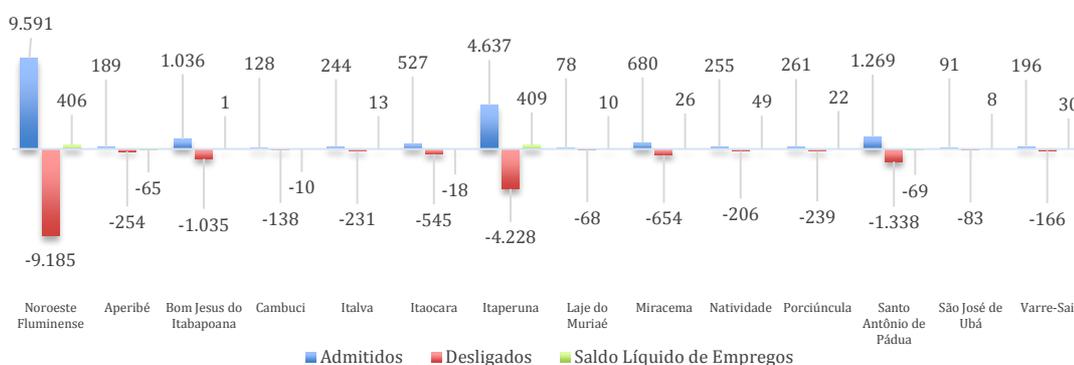
Fonte: Finanças dos Municípios Fluminenses.

Nota: a. O indicador de autonomia financeira foi formulado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e é resultado da divisão entre receita tributária própria e despesas de custeio. Mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

b. O grau de investimento é o quociente entre investimentos e receita total.

ADMITIDOS, DESLIGADOS E SALDO MPE: MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE, 2017

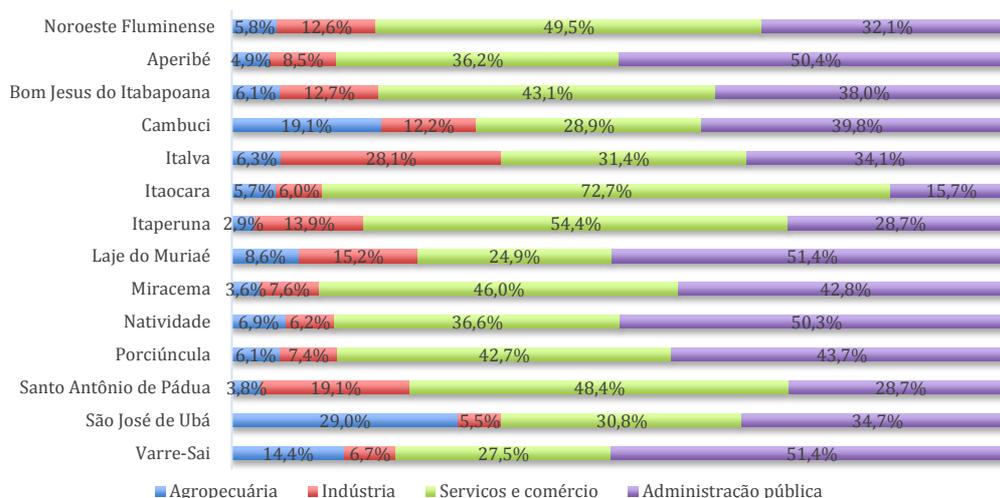
A região noroeste fluminense apresentou saldo líquido de empregos positivo em 2017, gerando 406 vagas de emprego formal, com destaque para Itaperuna, que gerou 409 postos de trabalho no mesmo período. Apenas 4 municípios da região apresentaram saldo líquido de empregos negativo: Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara e Cambuci.



Fonte: Caged (MTE)

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO BRUTO POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA A PREÇOS CORRENTES: NOROESTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS, 2015

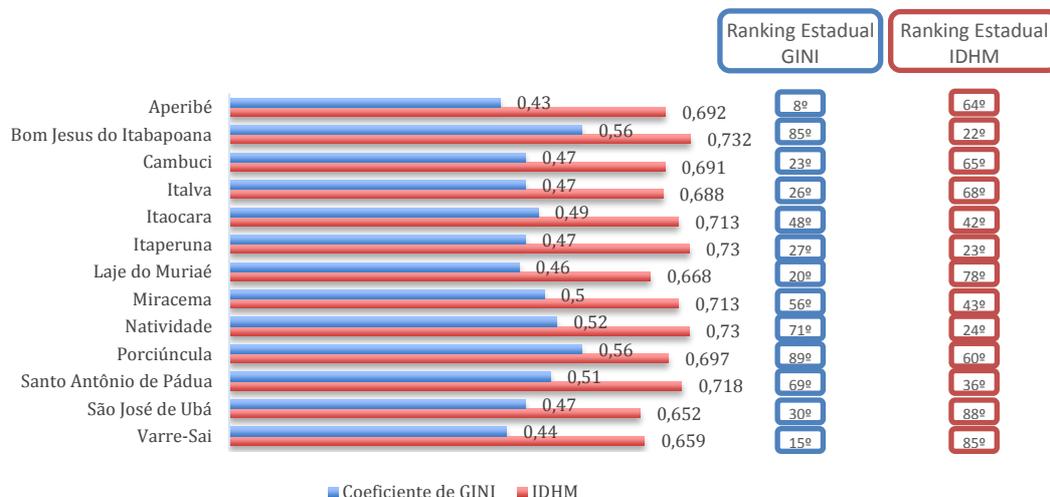
Itaocara é o município do noroeste em que serviços e comércio (72,7%) possui a maior participação relativa no VAB. Já indústria se destaca em Italva, onde representa 28% do VAB, o maior percentual da região para esse setor. Em Varre-Sai, sobressai a administração pública, que corresponde a mais da metade do VAB do município (51,4%). Já a agropecuária representa 29% do VAB de São José de Ubá.



Fonte: IBGE.

IDHM E COEFICIENTE DE GINI: MUNICÍPIOS DA REGIÃO NOROESTE FLUMINENSE, 2010

Bom Jesus de Itabapoana, Itaperuna e Natividade apresentam os melhores resultados da região no quesito IDHM, ficando em 22º, 23º e 24º no ranking estadual, respectivamente. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda, revela que Aperibé é o município menos desigual (8ª posição no ranking do ERJ). Porciúncula tem a maior concentração de renda na região (89º lugar no ranking do ERJ).

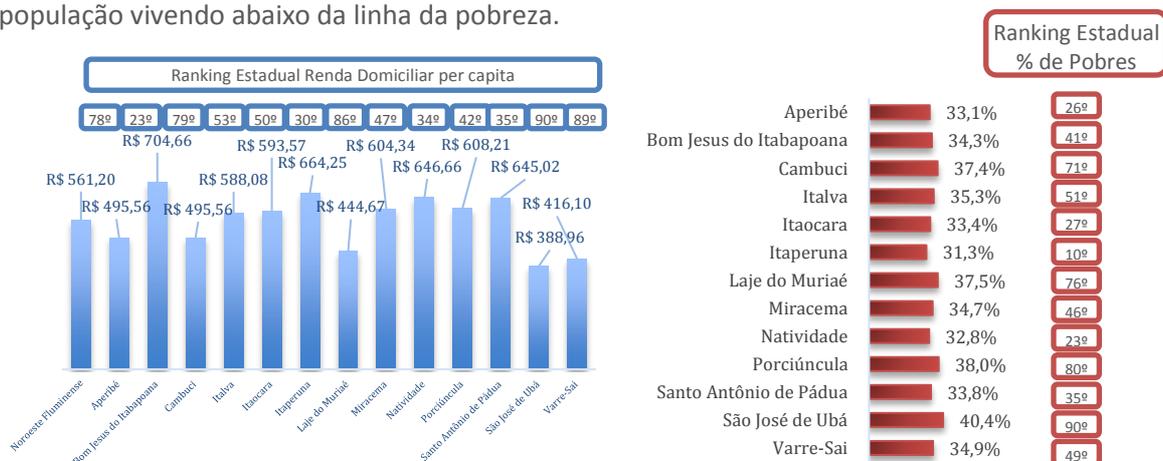


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Pnud-Ipea-FJP

Nota: Os rankings do IDHM estão de acordo com os do Pnud. O coeficiente de Gini mede a desigualdade de renda e varia entre zero (igualdade perfeita) e um (desigualdade total). Os rankings estão ordenados pelas melhores posições.

RENDA MÉDIA DOMICILIAR PER CAPITA E PERCENTUAL DE POBRES: NOROESTE FLUMINENSE E MUNICÍPIOS, 2010

Bom Jesus de Itabapoana apresenta a maior renda média domiciliar per capita da região, ocupando a 23ª posição no ranking estadual. Já São José de Ubá possui 40,4% da sua população vivendo abaixo da linha da pobreza.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/Pnud-Ipea-FJP

Nota: A linha de pobreza utilizada foi de metade do salário mínimo de 2010, ou seja, R\$ 255.